

CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL BRÉAL PARA A PRAGMÁTICA E PARA A SEMÂNTICA LEXICAL

Márcia Sipavicius SEIDE¹

■ **RESUMO:** A partir da década de 90 do século passado, as idéias divulgadas por Michel Bréal – lingüista francês conhecido por ter criado os termos semântica e polissemia - têm sido retomadas com o intuito de evidenciar sua importância nos campos da Pragmática, da Semântica Cognitiva e dos estudos da enunciação. Este artigo evidencia possíveis contribuições de suas propostas para a Semântica Lexical e para a Pragmática. Num primeiro momento, alguns de seus postulados são analisados e relacionados às citadas disciplinas. Em seguida, a teoria apresentada é aplicada à análise de dois textos jornalísticos de modo a mostrar a aplicabilidade de suas idéias e fornecer evidência de que a semântica brealina pode funcionar como um denominador comum para as ciências do significado.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Semântica lexical. Análise componencial. Pragmática. Máximas conversacionais. Eufemismo. Ironia.

Introdução

Desde a publicação do **Ensaio de Semântica** (1990 [1904]) – doravante **ES**, vários livros, especificamente sobre Bréal ou que a ele fazem referência, foram publicados. Entre as obras pesquisadas (BELO, 1991; CARNOY, 1927; GEERAERTZ, 1998; GUIMARÃES, 1992, 1995, 2002, 2004; NERLICH, 1992; NERLICH e CLARKE, 1996; ULMANN, 1965), em nenhuma houve alguma aplicação prática dos postulados brealinos, exceção

¹ Colegiado de Letras – Unioeste – CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil – E-mail: sipavicius@oel.com.br.

feita a Carnoy, que se inspirou em algumas das leis propostas pelo semanticista para elaborar uma taxionomia que abrangesse as mudanças semânticas a que as palavras estão suscetíveis.

Todas as propostas brealinas relacionadas ao esforço interpretativo do interlocutor e à intenção do falante foram analisadas por Nerlich (1992) e por Nerlich e Clarke (1996) como *insights* pragmáticos, análise confirmada mediante cotejo da segunda parte do ensaio com a Pragmática tal qual descrita em livros brasileiros de divulgação científica (MUSSALIN, BENTES 2001a, 2001b; FIORIN, 2002, 2003).

Este artigo concentra-se nos conceitos teóricos descritos na segunda parte do ensaio de Bréal (doravante referidos pelo termo Semântica Lexicalista) que, se aplicados à área dos estudos semânticos, podem funcionar como um denominador comum capaz de sintetizar teorias semânticas díspares, como é o caso da Pragmática decorrente dos estudos em Filosofia da Linguagem e da Semântica Lexical de viés estruturalista.

No que se refere à relação entre a Semântica Lexical e a Semântica de Bréal e dessas duas teorias com a Pragmática, elas não foram apontadas por nenhum dos lingüistas estudados. Carnoy e Ullmann fazem referência a muitos conceitos brealinos, mas quase não propõem diálogos entre suas propostas e as teorias modernas. Belo não percebe qualquer relação de complementaridade entre Saussure e Bréal. Geeraertz trata somente dos aspectos coincidentes com a Semântica Cognitiva. Nerlich reconhece pontos em comum entre Saussure e Bréal, mas não compara a Semântica Lexical com as propostas de Bréal, enquanto Guimarães enfatiza apenas os aspectos pertinentes aos estudos da enunciação.

De modo a ilustrar a aplicabilidade de suas propostas e as convergências teóricas encontradas entre a Semântica Lexical, a Pragmática e a Semântica Lexicalista dois textos jornalísticos opinativos foram analisados: *O Brasil entre dois mundos*, de Gaudêncio Torquato, retirado de *O Estado de S. Paulo*, e *Pesada herança*, de Nuno Rogeiro, publicado no *Jornal de Notícias*, em Portugal.

Sobre a Semântica Lexicalista

A Semântica Lexicalista engloba todas as propostas brealinas referentes à segunda parte do ES, ao que o próprio autor denominou como "a semântica propriamente dita", aquela que trata especificamente do

significado e do sentido das palavras. Não obstante vários tópicos e fenômenos lingüísticos serem abordados nesta parte do ensaio, apenas serão explicitados aqueles cuja atuação foi observada nos textos jornalísticos: sua noção de signo, significação e mudança semântica - explicitados no capítulo *Como os nomes são dados às coisas* - ; os nomes próprios e os nomes comuns; a extensão de sentido; a restrição de sentido; o estudo da metáfora, do eufemismo e das mudanças de sentido para pior (sentido pejorativo) ou para melhor (sentido melhorativo).

Como os nomes são dados às coisas

A idéia fundamental da Semântica Lexicalista é a de que, no objeto a que um nome faz referência, há inúmeras noções às quais se pode aludir no ato interlocutivo. A complexidade das associações feitas pelos usuários, por sua vez, faz com que o nome seja sempre incompleto e vago². Para Bréal, o ponto de partida do estudo da significação e do sentido das palavras é o estudo de como os nomes são dados às coisas, investigação que se baseia numa teoria particular do signo e do processo significativo, tendo-se como ponto de partida um panorama histórico de como essas questões foram tratadas.

Após ponderar o ponto de vista defendido por Sócrates, por Platão e pelos filósofos indianos, o autor conclui que há, necessariamente, um desajuste entre a coisa e o nome: a denominação sempre é incompleta e inexata em comparação com aquilo que se quer significar. Esse desajuste explica porque as palavras têm seu sentido e seu significado modificados: se houvesse uma conveniência perfeita entre nome e coisa, nenhuma mudança semântica teria cabimento.

A desigualdade entre palavra e coisa, explica, deve-se à qualidade de signo que a palavra adquire logo após ser criada. Outra característica ressaltada por Bréal, decorre da constatação de que o nome expressa apenas uma das noções "que o objeto evoca no espírito". É justamente por indicar apenas uma parte do que se pode pensar sobre o objeto a que a palavra se refere que esta se transforma em signo, isto é, em índice do pensamento.

² Advirta-se que a proposta de vagueza semântica elaborada por Bréal não é totalmente equivalente à hipótese de vagueza semântica utilizada hoje em dia. Enquanto, para o primeiro, todas as palavras não gramaticais são vagas, para os semanticistas modernos a vagueza é algo que ocorre apenas com um determinado conjunto de palavras e em determinadas circunstâncias. Não obstante esta divergência, em todas as teorias há a defesa da importância do discurso

As noções que não estão expressas no nome, continua Bréal, o acompanham de tal modo que o significado inicial da palavra se vê influenciado por essas associações, sendo que desta influência decorrem várias mudanças de sentido. Sendo assim, uma palavra, longe de ser um reflexo das qualidades e das substâncias que este objeto apresenta, é, na verdade, um eco do pensamento que se tem a respeito do objeto. À medida que se diversificam as associações feitas – seja por parte do falante, seja por parte do ouvinte ou, mais freqüentemente, por parte de ambos – diversificam-se, também, o significado das palavras³.

Os nomes próprios e os nomes comuns

A qualidade sígnica das palavras, defende Bréal, muda sensivelmente quando se trata de substantivos próprios ou de substantivos abstratos. Quando um substantivo é abstrato, observa, há mais equivalência entre o nome e aquilo que o nome representa, pois, a um substantivo abstrato associa-se uma determinada “operação no espírito”:

Quando tomo as duas palavras, *compressibilité, immortalité*, tudo o que se acha na idéia se acha na palavra. Mas se tomo um ser real, um objeto existente na natureza, será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a ser tornar um signo. (BRÉAL, 1992[1904], p.123).

Assim como os substantivos abstratos, os nomes próprios são diferenciados dos demais nomes. Trata-se de nomes que se caracterizam por manter uma relação unívoca entre nome e coisa pelo fato de designarem seres individuais, característica que os torna os mais significativos de todos os nomes, os substantivos por excelência.

para a determinação do sentido. Moura assim descreve a citada hipótese: “A vagueza ocorre quando o uso da palavra gera casos duvidosos de aplicação a certos seres ou situações. Um exemplo típico é o da palavra bom [...] Diferentes interpretações podem ser evocadas num contexto: um bom aluno é aquele que demonstra inteligência, ou então é aquele que estuda muito, (...) há a perspectiva que denominei de ‘visão vaga da indeteminção do sentido’. Nesse caso, a determinação de sentidos lexicais é vista como um procedimento essencialmente contextual, no qual a estruturação lexical tem um papel secundário. Um exemplo desta visão é a Teoria da Precificação (Pinkal, 1995; Poesio, 1995). MOURA, Heronides Maurílio de Melo. “A determinação de sentidos lexicais no contexto”. In; Cad. Est. Ling. 41, Campinas, 2001, p.113 e 120.

³ A relação proposta entre pensamento e significação remete ao viés cognitivista da semântica brealina. Ver Geeraertz (1998) e Seide (2006).

Apesar dessa peculiaridade, Bréal defende que os nomes próprios não podem ser situados fora da língua, pois não formam uma espécie à parte. Em defesa de seu ponto de vista, o autor refuta argumentos contrários, segundo os quais esses nomes deveriam ficar à margem da língua, e mostra semelhanças entre os nomes comuns e os nomes próprios. Por fim, propõe que os nomes próprios se diferenciem dos comuns por uma questão de grau.

A propriedade de os nomes próprios não conservarem o significado de seu étimo, esclarece, não constitui uma qualidade distintiva, pois muitos substantivos deixaram de apresentar seu significado original. Além disso, explica o semanticista, a pronúncia dos nomes próprios se conserva melhor em conseqüência de eles serem pronunciados com mais cuidado. Este zelo pela pronúncia, argumenta, também se verifica em algumas palavras da linguagem religiosa e da linguagem administrativa. O fato de os nomes próprios, geralmente, não serem traduzidos quando são transportados de uma língua para outra é mais uma característica que os nomes próprios e certos substantivos apresentam em comum, já que as designações de dignidades, de invenções ou tradições não costumam ser traduzidas. Bréal acrescenta, ainda, que os nomes próprios, tanto quanto os comuns, são suscetíveis à mudança, já que um nome próprio pode transformar-se em nome comum e um nome comum pode tornar-se um nome próprio:

Um adjetivo como *augustus*, tornando-se o nome de Otávio, sobrecarregou-se de uma quantidade de idéias que lhe eram primeiramente estranhas. Além disso, basta aproximar a palavra *César*, ouvida do adversário de Pompeu, e a palavra alemã *Kaiser*, que significa "imperador", para ver o que um nome próprio perde em compreensão para se tornar um nome comum. (BRÉAL, 1992, [1904], p.126).

A maior compreensão dos nomes próprios a que Bréal se refere nessa citação decorre de eles serem signos de segunda potência. O autor não explicita em que consiste essa diferença de grau, porém, considerando que o nome comum tem potência 1 e o nome próprio, potência 2, pode-se inferir que o nome próprio é um nome de um nome. Além das características de um nome comum (é nome de uma coisa) apresenta características próprias (designa um ser individualizado). A propriedade de os nomes próprios serem os mais significativos explica porque Bréal os

considerava como signos de segunda potência.

A restrição e a extensão de sentido

Para Bréal, a restrição e a extensão de sentido são conseqüências do ajuste sofrido pela palavra no ato interlocutivo, ajuste que é necessário em virtude de haver uma desproporção entre o nome e aquilo que se quer dizer por meio dele. Essa desproporção, entretanto, não é percebida pelo falante enquanto expressa o seu discurso, muito menos pelo ouvinte que o está escutando. Do ponto de vista do falante, o nome é equivalente à coisa devido às circunstâncias da interlocução e à sua intenção designadora. Do ponto de vista do ouvinte, sua atenção dirige-se diretamente à intenção de quem fala, o que acarreta uma restrição ou uma extensão automática do significado da palavra.

Ao lado da restrição que atinge o significado das palavras, Bréal verifica que há a restrição que atinge tão somente o sentido. Esse tipo de restrição é mais superficial, não deixa marcas e é variável segundo as circunstâncias. Há, pois, dois tipos de restrição de sentido: aquele que acarreta mudanças definitivas do significado de uma palavra, e só pode ser analisado a contento de um ponto de vista histórico, e o que ocorre ordinariamente, sem causar alteração de significado:

Além das restrições de sentido cujo evidente e permanente testemunho a língua traz, fazem-se, no falar de cada um, constantes aplicações do mesmo princípio, mas que não deixam traço durável, porque variam segundo o tempo e lugar. (BRÉAL, 1992[1904], p.85).

Uma restrição do primeiro tipo foi o que transformou o substantivo latino *felis* ou *feles* que significava “fêmea” e, pouco a pouco, passou a designar a “fêmea do gato”. Com relação ao segundo tipo, o autor cita a expressão francesa “*Aller à la ville*” (ir à cidade) que recebe traduções, isto é, interpretações diferentes, de acordo com a região em que a frase é enunciada⁴.

Outro dado importante sobre a restrição de sentido é que ela pode modificar a relação existente entre uma palavra de significado restrito e

⁴ O processo aqui descrito parece equivaler ao processo de determinação semântica via contexto descrita por Moura com base na Teoria da Precisão de Pinkal e Poesio (ver nota de rodapé n.2).

outra que se tornou sinônima por seu significado ter se restringido: a palavra específica pode cair em desuso em detrimento da palavra que sofreu a restrição. Esse fenômeno, enfatiza Bréal, não se dá por uma questão de escolha ou preferência por parte dos falantes como pensavam os antigos, mas sim por uma questão de hábito (1992[1904], p.82).

Para explicar como se dá a restrição de sentido, Bréal partiu do princípio de que o interlocutor vai ao encontro da intenção do ouvinte, promovendo, assim, um ajuste: o ouvinte esforça-se para perceber o sentido que o falante imprime às palavras. A restrição ou extensão de sentido é, portanto, resultado do esforço interpretativo do ouvinte. A restrição ocorre porque o falante usa uma palavra sentindo-a ajustada à sua intenção, e o ouvinte, compreendendo a intenção de quem fala, ajusta automaticamente o sentido proposto ao significado da palavra usada. Percebemos, aí, um importante ponto de convergência entre a Semântica Lexicalista e a Pragmática.

Do ponto de vista da Pragmática, a interlocução segue o princípio de cooperação, uma das máximas conversacionais propostas por Grice que, partindo da Filosofia da Linguagem, também postula que, para haver conversação, é fundamental que o ouvinte busque o que o outro quis dizer:

[...] para Grice, o princípio da cooperação é o princípio geral que rege a comunicação. Para ele, o falante leva em conta sempre, em suas intervenções, o desenrolar da conversa e a direção que ela toma [...] As máximas conversacionais [...] são uma teoria de interpretação dos enunciados [...] Mesmo para divergir, os parceiros da comunicação precisam interpretar adequadamente os enunciados que cada um produz (FIORIN, 2002, p.177-178).⁵

O princípio de que o uso especifica o significado de uma palavra, por sua vez, também faz parte dos postulados da Semântica Lexical, disciplina que propõe que uma palavra nocional, no nível da língua, apresente um conjunto de semas (semema) que pode ser diminuído ou aumentado no nível discursivo:

⁵ No clássico texto de Grice, "Lógica e Conversação" a busca do sentido por parte dos interlocutores é assim descrita: "uma primeira aproximação de um princípio real. Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita." (grifos da pesquisadora). GRICE, P. "Lógica e Conversação". In: Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística, bibliografia. DASCAL, M. (org.) Campinas: IEL- Unicamp, 1982, p.86.

[...] uma unidade lingüística qualquer sofre sempre algumas especificações. Na passagem do sistema virtual da língua ao processo de seu uso discursivo, uma unidade, por exemplo, uma palavra, sofre simultaneamente duas transformações:

(i) uma mobilização desigual dos semas contidos em seu semema, pois a atualização em discurso corresponde a uma seleção dos semas que ganharão destaque no texto em pauta;

(ii) o núcleo sêmico – o conjunto daqueles semas já reconhecidos nas definições dos dicionários – é acrescido de semas contextuais. (PIETROFORTE; LOPES, 2003, p.121).

Nota-se que a premissa da Semântica Lexical de que o uso concreto da língua determina o conteúdo semântico das palavras pode ser relacionada à explicação contextual para a restrição de sentido. De acordo com essa explicação, uma palavra sofre restrição por influência do meio em que está sendo utilizada: uma palavra como *cidade* tem um significado amplo, mas, no momento em que é utilizada, restringe-se a denotar “uma cidade específica”. Percebemos, então, que o conceito de mobilização sêmica é compatível com o postulado brealino.

Outra compatibilidade surge quando se considera a reciprocidade entre restrição e extensão postulada por Bréal. Como consequência da restrição de sentido, Bréal apontara a extensão de sentido de palavra sinonimicamente relacionada. Numa série de sinônimos, esclarece, se um termo se amplia, esta extensão pode restringir o significado do termo ao lado e, inversamente, a restrição de um termo pode ter por efeito a extensão do outro. Ao verificar que a supressão de um termo afetava o termo sobrevivente, o lingüista constatara que qualquer mudança numa parte do léxico afetava todo o conjunto lexical. Uma vez que esse princípio converge com as noções saussurianas de valor de um signo e de língua como sistema, confirma-se a afinidade entre a Semântica Lexical, derivada do Estruturalismo, e a Semântica Lexicalista.

A extensão de sentido é definida por Bréal como um deslocamento de sentido lento e gradual, portanto, distinto daquele que ocorre em decorrência da metáfora que muda o sentido de uma palavra ou expressão instantaneamente. Comparada à restrição de sentido, a extensão de sentido diferencia-se por ser um deslocamento em direção contrária.

A extensão de sentido, explica, pode resultar no uso de uma palavra no lugar de seus sinônimos, como aconteceu com a palavra alemã *Pferd*

que suplantou Ross, provavelmente por extensão do contexto de uso da palavra, da língua militar para a língua geral. Essa explicação, adverte Bréal, é apenas uma das possíveis causas da preferência de uma palavra por outra, não sendo possível conhecê-las todas (BRÉAL, 1992[1904], p.88).

No caso dos verbos, esclarece o semanticista, a extensão decorre do esquecimento das especificações da ação por ele designada. A não-observação dessas especificidades pode generalizar o uso de um verbo determinado. Um exemplo desse tipo de extensão é o do verbo francês *briller* que originalmente descrevia “a ação de brilhar” de uma pedra preciosa determinada – “o berílio” – e passou a significar “toda e qualquer ação de brilhar”.

No tocante aos nomes, simples ou compostos, há um esquecimento gradual das circunstâncias particulares nas quais um objeto foi originalmente designado. Entre os exemplos citados por Bréal, há o caso do substantivo francês *gain*. Originalmente, *gain* era “a colheita”; após certo tempo, passou a designar também “o que se ganha com a colheita”. Esse sentido, então, foi ampliado e passou a designar “todo tipo de ganho”, inclusive os que não são obtidos por qualquer tipo de trabalho.

Ao analisar vários casos de extensão, Bréal percebera que, muitas vezes, a significação da palavra se modificava tanto, que quase nada de sua significação original era mantida. Esta maleabilidade é explicada da seguinte maneira: quando uma palavra é criada, o é levando-se em consideração as circunstâncias particulares que delimitam seu uso. Tais circunstâncias vão sendo esquecidas pelos falantes, preocupados que estão com aquilo que querem dizer no momento de interlocução. Por esse motivo, enfatiza, as restrições de uso da palavra vão se apagando e, em não havendo mais tais restrições, passa a não haver mais limites para a extensão de sentido.

Do ponto de vista da Semântica Lexical, o processo descrito por Bréal é resultado dos processos usuais que têm lugar quando uma palavra é usada em discurso: de um lado, há a perda de semas não atualizados; de outro, o acréscimo de semas contextuais. No caso da extensão, pode-se dizer que os semas não atualizados são excluídos do semema de base da palavra e que os semas contextuais são acrescentados ao semema.

A metáfora

Após descrever a extensão e a restrição de sentido, Bréal volta-se para a metáfora definida como o produto da visão de uma semelhança entre dois objetos ou atos, como uma expressão que representa uma imagem.

Para o semanticista, tanto as metáforas da linguagem popular quanto aquelas provenientes do meio literário são fruto de pensamentos individuais. À medida que são vulgarizadas, passam a pertencer à linguagem comum, transformando-a, sendo que a única diferença entre uma metáfora literária e uma não-literária é que as do tipo literário, para ter valor, não podem ser comuns, necessidade que motiva os escritores a criarem sempre metáforas novas (BRÉAL, 1992[1904], p.94).

No mesmo trecho acima mencionado, Bréal trata de metáforas que deixaram de ser sentidas como tais. Se a percepção de semelhanças entre dois objetos dá origem a uma expressão metafórica, o esquecimento da imagem expressa pela metáfora, torna-a uma qualificação corrente e a metáfora deixa de existir. A definição de alguma expressão como metáfora, portanto, depende da percepção dessa expressão como metafórica por parte do usuário do idioma. Muitas vezes, afirma Bréal, uma expressão deixa de ser metafórica, para, após certo tempo, ser novamente usada com um sentido metafórico. Outra característica da metáfora é estar sujeita a ser importada ou exportada de um idioma para outro, se bem que, muitas vezes, seja difícil decidir quando se trata de um empréstimo lingüístico e quando se trata de uma coincidência (BRÉAL, 1992[1904], p.135).

Além de fornecer uma definição para a metáfora (criação de imagem a partir da percepção de semelhança entre dois objetos) e apontar sua suscetibilidade à mudança (desmetaforização, remetaforização e suscetibilidade a ser transplantada de um idioma a outro), Bréal a estuda enquanto fator de mudança lingüística: a metáfora modifica instantaneamente o sentido de uma palavra, criando-lhe um sentido adicional. Como exemplo de sentido adicional de uma palavra, originado por uma metáfora, o autor cita a palavra francesa *chef*, no sentido de “cabeça”. O uso metafórico criou o significado adicional de “condutor, diretor”. Em outro capítulo, o autor esclarece que uma das origens da polissemia é a convivência do significado primitivo de uma palavra com seu significado metafórico.

O eufemismo, o sentido pejorativo e o sentido melhorativo

Lingüistas contemporâneos a Bréal também estudavam as mudanças de sentido das palavras, porém, não as consideravam como resultado dos ajustes necessários ao uso da palavra pelo indivíduo numa situação dada, mas sim a tendências que as palavras teriam em si mesmas.

No primeiro capítulo da segunda parte do ensaio, o semanticista condena a idéia de que as palavras teriam tendências imanentes. Para Bréal, acreditar na existência de tendências nas palavras era uma crença tão ilusória quanto a filosofia medieval, que acreditava haver um espírito responsável por cada fenômeno físico. Na verdade, as mudanças de sentido que se verificam nas palavras não são causadas por alguma qualidade que as palavras teriam, mas sim pelo uso que se faz delas. Para explicitar melhor o processo pelo qual uma palavra tem seu sentido modificado, o lingüista cita a teoria econômica do valor da moeda: “valeria tomar ao pé da letra nossos economistas, quando eles dizem que a moeda tem uma tendência a baixar constantemente de valor” (BRÉAL, 1992[1904], p.77).

Tal qual ocorre com as moedas, as palavras não têm, em si mesmas, valor algum e valem de acordo com o uso: conforme o que se queira dizer através delas, por um lado, e segundo o que se entende por elas; de outro, caso deixe de ser corrente, perde todo seu valor⁶.

Partindo do princípio de que uma palavra tem seu sentido mudado à maneira como varia o valor de uma moeda, o lingüista propõe uma explicação alternativa à suposta tendência pejorativa das palavras. Certas palavras têm seu sentido mudado em decorrência de terem sido usadas como eufemismos. Isto acontece porque o ouvinte percebe o que está sendo evitado quando o falante usa a palavra eufemística no lugar daquela que denota idéias desagradáveis. A recuperação dessas idéias, repetindo-se a cada vez que o eufemismo é utilizado, leva o ouvinte a colocar ambas as

⁶ Saussure também utiliza a metáfora da moeda, mas não exatamente da mesma maneira que Bréal. No *Curso de Lingüística Geral*, ela é utilizada para esclarecer o que ele entendia por significação e por valor do signo. Diz o lingüista genebrino: “Para determinar o que vale a moeda de cinco francos, cumpre saber: 1º. que se pode trocá-la por uma quantidade determinada de uma coisa diferente, por exemplo, pão; 2º. que se pode compará-la com um valor semelhante do mesmo sistema, por exemplo uma moeda de um franco, ou uma moeda de algum outro sistema.” Saussure, F. *Curso de Lingüística Geral*. CHELINI, PAES e BLIKSTEIN (trads). São Paulo: Cultrix, 1975, p.134 A primeira operação, explica, equivale a dizer que uma palavra pode ser trocada por uma idéia. Esta troca de palavras por idéias estabelece sua significação; a segunda operação é a de comparar a palavra com as que “se lhe pode opor”, surgindo desta comparação o estabelecimento do valor da palavra.

palavras no mesmo plano. Quando isto ocorre, a palavra deixa de ser eufemística e passa a designar a idéia que se quis evitar; cria-se, então, um novo significado.

Um exemplo esclarecedor, entre os citados por Bréal, é o da palavra latina *periculum* que, segundo Aulo Gélío teve, antigamente, um sentido positivo – o de “experiência” – mas que passou a significar “perigo” como efeito do uso eufemístico. Outro exemplo é o do adjetivo inglês *silly* (“bobo”) que, etimologicamente (anglo-saxão *saeli*, alemão *selig*), significava “feliz”, “tranquilo”, “inofensivo” (BRÉAL, 1992[1904], p.78).

Quanto ao caráter pejorativo que algumas palavras adquirem, Bréal propõe que uma das causas para o fenômeno está no costume de se procurar defeitos ou pontos negativos em qualidades virtuosas. É esta atitude que, segundo o autor, explica a evolução da palavra francesa *prude*. Originalmente, era o masculino de *preux* e significava “valente”, “corajoso”. Devido, talvez, ao modo como foi usado pelos narradores, esse adjetivo passou a designar “aquele que é hipócrita”.

Uma atitude contrária à descrita acima é a da polidez que, de acordo com Bréal, pode levar ao “melhoramento” do sentido de uma palavra. Foi o que aconteceu com a palavra italiana *vezzoso*, que, de “alguém vicioso”, “cheio de vícios”, passou a definir alguém “*che ha in sè una certa grazia e piacevolezza*” (BRÉAL 1992[1904], p.78).

As explicações dadas por Bréal para o enfraquecimento dos sentidos das palavras, por sua vez, são mais voltadas à influência do uso que à intenção do falante. Esse enfraquecimento, especula, pode ser resultado ou de um exagero na descrição de algo, ou de um uso indiscriminado da palavra. Um dos exemplos citados pelo autor para ilustrar a primeira causa mencionada é a expressão inglesa “*to be anxious to see you*” que, usada como fórmula de cortesia, expressa apenas que alguém quer ver outrem. Como exemplo de uso indiscriminado, há o verbo francês *consacrer* que deixou de significar exclusivamente “a ação de consagrar” para significar “a ação de dedicar-se a algo”, como na frase “*Le reste de la soirée fut consacré à la danse*” (idem, p.104).

Sintetizando os aspectos da Semântica Lexicalista ora apresentados, pode-se dizer que, para Bréal, sempre há uma brecha entre as palavras e as coisas. Esta incompletude da palavra frente ao que ela pode significar é a força motriz, não só das mudanças semânticas estudadas ao longo da

segunda parte do ensaio, mas também do próprio funcionamento da linguagem, haja vista a função do falante e o papel do ouvinte na construção do sentido, processo explicitado na análise proposta pelo semanticista sobre o eufemismo, o sentido pejorativo e o sentido melhorativo das palavras.

As explicações propostas para explicar a mudança do sentido de algumas palavras para pior ou para melhor parecem-nos bastante significativas. Elas demonstram que Bréal se preocupava tanto com o ouvinte quanto com o falante quando analisava a situação na qual as palavras eram utilizadas: pare ele, a intenção do falante quando usa determinada palavra é tão importante quanto a percepção desta intenção por parte de quem ouve.

Cumprе ressaltar que a consideração da intenção do falante, da situação comunicativa e da interpretação do que está sendo comunicado por parte do ouvinte, por sua vez, coincide com os princípios básicos da Pragmática, motivo pelo qual os especialistas dessa disciplina podem considerar Bréal um precursor de suas idéias, como é o caso de Nerlich e Clarke, que defendem que sua teoria semântica caracteriza-se por seu caráter cognitivo, pragmático e dialógico:

Bréal's theory of language and meaning is thus a cognitive, pragmatic and a dialogical one, taking into account the speaker, the hearer, the intention and the background, factors which all interact to make it possible for the hearer to understand an utterance (1996, p.244).

Análise dos textos jornalísticos

Na linguagem em uso, o significado das palavras ajusta-se ao contexto discursivo adquirindo um sentido determinado, processo descrito pela Semântica Lexical como monossema discursiva das palavras, vista como resultado de uma mobilização sêmica por meio da qual semas virtuais são subtraídos e semas contextuais são adicionados às palavras. Na semântica proposta por Bréal, o uso - pautado na intenção do falante e percebido pelo ouvinte - é o fator que promove a mudança semântica lexical cuja regularidade lhe possibilitou formular determinadas leis descritas na segunda parte de seu ensaio.

Dada a semelhança entre o modo de funcionamento dessas leis e o processo de mobilização sêmica, pautada no fato de ambos terem por base

o uso lingüístico, a metodologia utilizada pela Semântica Lexical foi o instrumento de pesquisa escolhido para detectar, nos textos analisados, a atuação de algumas das leis descritas por Bréal. No ES, o semanticista comparava o significado etimológico de uma palavra com os sentidos que ela foi adquirindo pelo uso. A observação das mudanças ocorridas possibilitou não apenas a formulação de leis, mas também a convicção de que a linguagem é capaz de expressar os pensamentos e os sentimentos do falante, em virtude da plasticidade conferida pelo esquecimento e pela não-conservação do valor etimológico das palavras.

Neste ensaio de aplicação, o parâmetro utilizado para comparação é a análise sêmica das acepções descritas pelo dicionário Aurélio (1986). Contrastando-se o significado dicionarizado com o sentido discursivo da palavra, observa-se a mudança ocorrida e avalia-se a lei que melhor descreve o processo que deu origem à mudança. São analisados também os casos em que os verbetes consultados apresentam acepções cuja diferenciação pode ser esclarecida ou aprofundada por meio das leis postuladas no ES.

Importa ressaltar que a Semântica Lexicalista não concebe o uso lingüístico senão em função do falante e da situação comunicativa concreta em que se dá a interlocução. Tendo em vista alcançar um objetivo – passar informações, exteriorizar um desejo, fazer um pedido ou uma ordem, comover etc. – o usuário do idioma dirige-se a um interlocutor que busca, nas palavras ouvidas ou lidas, “o que o outro quer dizer”, preocupação que remete aos estudos pragmáticos da linguagem. Para Bréal, muitas vezes, o uso lingüístico muda o significado das palavras porque o ouvinte as associa não às idéias que as palavras passam de *per se*, mas às intenções do falante. Conforme observa Bréal, é comum o falante substituir certos termos por diplomacia, isto é, para não escandalizar ou magoar o interlocutor. Esse hábito de substituição está na origem do eufemismo, efeito de sentido que pode ser destruído caso a intenção do falante seja percebida pelo interlocutor. A ironia é outro fenômeno em que o esforço interpretativo do interlocutor é essencial e, conforme será visto na análise do texto português, pauta-se pelo mesmo processo pelo qual o efeito eufemístico é neutralizado.

Em *O Brasil entre dois mundos*, texto jornalístico opinativo publicado em 29 de janeiro de 2001, em *O Estado de S. Paulo*, Gaudêncio Torquato descreve a nação como um país dividido entre duas culturas: uma que preza a ética e a lealdade e outra, egocêntrica e personalista, que se sustenta ludibriando os outros. Para representar esta divisão, o consultor político

compara o país a uma fruta que apresenta uma *banda podre* e uma *parte verde e nobre*. Ao final do texto, o autor utiliza uma metáfora para avaliar o pleito de 2002. Apesar das críticas feitas, o jornalista acredita que, “com o empurrão da parte digna da sociedade, a outra está sendo despachada para a lata de lixo”. Torquato finaliza seu artigo narrando a peripécia de uma cadela vira-lata que arriscou sua vida por seu dono, um menino de seis anos.

Para convencer o leitor de seu ponto de vista, o jornalista e professor da USP, manipula a língua portuguesa de modo intencional, fazendo uso de recursos retóricos como a narração de histórias exemplares, o uso de metáforas e comparações que criam contrastes.

No primeiro parágrafo do texto, Torquato descreve uma cena em que um brasileiro faz, em Londres, uma pesquisa de preços e tenta, em vão, convencer o vendedor da última loja pesquisada a dar-lhe um desconto. O inglês aconselha-o a comprar na primeira loja. Esta história serve para o autor introduzir a noção dicotômica esboçada no título do artigo. Há culturas nas quais “a pechincha” é admitida e outras em que ela não é tolerada, por ser vista como “deslealdade, desconfiança, desonestidade”. Fechando o parágrafo, o jornalista cita Confúcio, “o precursor da cultura da lealdade”.

Nesse parágrafo, percebe-se a clara intenção do articulista de caracterizar negativamente o hábito brasileiro de pechinchar, associando-o “à parte podre da fruta”. No capítulo referente às tendências das palavras, Bréal explica que as palavras pejorativas não o são por alguma característica intrínseca a elas, mas sim em decorrência da intenção com que são utilizadas. O ouvinte percebe a intenção do falante e, por associação de idéias, confere à palavra uma conotação pejorativa. No trecho abaixo, o sentido da palavra *pechincha* é pejorativo o que não ocorre com a expressão *perquirir preços* anteriormente utilizada:

(...) Perquirir preços, pechinchar, coisa que faz parte de algumas culturas, significa para outras, como a inglesa, deslealdade, desconfiança, desonestidade (...). (TORQUATO, 2001).

No nível sistêmico (descrito com base nas informações lexicográficas), *perquirir* significa, em sua primeira acepção, “investigar com escrupulo” ao passo que *pechinchar*, como verbo intransitivo, apresenta duas acepções: a primeira, pejorativa – “receber vantagens inesperadas ou imerecidas” – e

a segunda, neutra – “comprar muito barato”. Segundo a Semântica Lexical, no texto, pela mobilização sêmica, os semas referentes à segunda acepção são subtraídos em favor da primeira acepção atualizada discursivamente.

A análise segundo a Semântica Lexicalista chega ao mesmo resultado, mas explica-o de outra maneira. As informações lexicográficas são vistas como indícios de que, na língua portuguesa, o verbo *pechinchar*, originalmente pejorativo, foi atenuado, atenuação que resultou na segunda acepção registrada no dicionário: o que antes era visto como um vício passou a ser considerado uma virtude. Trata-se de um processo idêntico ao que alterou o sentido da palavra *vezzoso* em italiano e *smart* em inglês (BRÉAL, 1995[1904], p.78). A interpretação discursiva, por sua vez, é explicada com base na busca da intenção do escritor pelo leitor que percebe tanto a neutralidade do primeiro verbo, *perquirir*, quanto a conotação negativa do segundo, *pechinchar*.

No segundo parágrafo do artigo, Torquato descreve uma conversa (verdadeira ou fictícia, não importa) entre políticos mineiros, utilizando o discurso direto, e interpreta-a para mostrar como agem os representantes da cultura da deslealdade. Para tanto, Torquato usa este exemplo com vistas a evidenciar que, num ambiente em que todos são desleais, é impossível saber a verdade:

É conhecida a historinha em que o sagaz José Maria Alkmim, do velho PSD mineiro, encontra no aeroporto o não menos sagaz Benedito Valadares, para quem lança a artimanha: “Ah, você está me fazendo crer que vai a Barbacena; acontece que eu sei que você realmente vai a Barbacena”. A tática, conhecida como engano de segundo grau, expressa um jogo de soma zero entre a sagacidade de um e a malandragem de outro. Mais ou menos algo como: “Quando você pensa que está indo, eu já estou voltando”. Ou ainda: “Sou capaz de prendê-lo no mesmo laço que você quer me laçar.” (TORQUATO, 2001).

Seguindo os postulados da Pragmática, o enunciado de Alkmim pode ser analisado por meio das máximas conversacionais de Grice. Em condições normais, o ouvinte espera que a máxima da qualidade – diga sempre a verdade – seja respeitada; tem-se, então, a expectativa de que o outro será honesto. Na conversa, o enunciado anterior, proferido por Valadares, é interpretado partindo-se do pressuposto de desrespeito à máxima; assim, a verdade é o contrário daquilo que está sendo dito. Este é o engano simples ou de primeiro grau. Seguindo essa interpretação, “Vou a Barbacena” quer

dizer “Não vou a Barbacena”. Alkmim avalia que Valadares sabe que o enunciado será assim interpretado por seu interlocutor e continua convicto de que Valadares o quer enganar. Dizer a verdade é uma maneira de anular a interpretação presumida. Este que é o engano de segundo grau. Como o resultado do jogo é zero, é impossível saber se a intenção de Valadares foi bem entendida por Alkmim e se ele foi bem sucedido em sua tentativa de saber a verdade. Em termos pragmáticos, é impossível saber se houve mal-entendido.

Conforme evidencia a conversa citada acima, o sentido é construído pela participação ativa do ouvinte. Este fundamento da Semântica Lexicalista, entretanto, não pode ser entendido como totalmente idêntico aos postulados pragmáticos, haja vista que, para Bréal, o processo interpretativo é bem mais simples: a busca da intenção do falante pelo interlocutor é vista como automática, e a possibilidade de erro de cálculo por parte do ouvinte não é cogitada.

No trecho a seguir, Torquato cria a metáfora da fruta: “Somos um país sem feição totalmente definida. Sua aparência é a de uma fruta que amadurece de maneira desigual, com partes quase apodrecidas e outras ainda verdes.” Para Bréal, toda a metáfora é resultado de uma comparação elaborada por uma mente privilegiada. É uma criação individual que, ao ser difundida e incorporada por todos, pode multiplicar o significado das palavras, sendo, por isso, uma causa de polissemia. Quando totalmente banalizada, observa ainda o lingüista, a metáfora não é mais sentida e o sentido metafórico da palavra passa a ser seu significado de base. No texto em questão, a metáfora tem um peso argumentativo considerável: numa fruta com uma parte podre, se essa parte não for retirada, toda a fruta fica podre, corrompida, portanto, inutilizável. Para que o mesmo não aconteça com o país, é preciso descartar a parte ruim, o que, espera Torquato, pode ser feito através das eleições, então próximas. Esta função retórica do uso da metáfora não foi abordada por Bréal, o que não o impediu de analisar a contento a influência da metáfora na mudança semântica das palavras.

Por meio da metáfora da fruta, Torquato atribui ao adjetivo *podre* o sentido de “algo moralmente corrompido, velho e passado” e, ao adjetivo *verde*, o de “algo moralmente são, não corrompido, nobre e jovem”. No dicionário Aurélio, a acepção figurada do adjetivo *podre* faz parte da terceira acepção da palavra, sendo que a primeira se refere “ao estado natural de

tudo que se encontra em estado de decomposição". A criação da acepção figurada, a partir da acepção literal, é resultado da banalização da metáfora surgida da comparação entre a decomposição biológica e a corrupção moral. Com relação ao adjetivo *verde*, o dicionário aponta, como sentidos figurados, a designação "de algo tenro, fraco, delicado" ou de "algo jovem", "relativo aos primeiros anos de existência". O sentido moral desse adjetivo, por sua vez, foi construído no discurso, por meio da metáfora da fruta; trata-se do mesmo fenômeno ocorrido com a palavra *podre* – multiplicação de significado causada pela metáfora – mas em fase anterior à banalização, uma vez que a acepção não se encontra dicionarizada.

No parágrafo seguinte àquele em que há a metáfora da fruta, o consultor político avalia a eleição para as presidências do Senado e da Câmara como uma batalha bárbara, conseqüência de um processo peculiar: "Basta ver a barbárie a que estamos sendo submetidos pela crescente tendência de fulanização da política, que não é senão a expressão do poder dos homens tomando o lugar do poder das idéias."

Nesse trecho, chama a atenção o neologismo criado. Da palavra *fulano* derivou-se o verbo *fulanizar*, que deu origem ao substantivo deverbal *fulanização*. No contexto, a conotação pejorativa da palavra criada é evidente e decorre da intenção do escritor ao criá-la e utilizá-la: criticar o modo personalista e egocêntrico de boa parte dos políticos brasileiros. O dicionário informa que a palavra *fulano* provém do árabe *fulan*. Segundo a primeira acepção registrada, *fulano* faz uma designação vaga a "uma pessoa incerta" ou "que não se quer nomear" e, de acordo com a segunda, um indivíduo determinado conhecido pelo interlocutor, conforme evidenciam os exemplos extraídos do dicionário Aurélio: "Que fulano cacete, o seu amigo Onofre!; Vi um fulano esquisito"(1986).

A análise das acepções revela a mudança semântica sofrida. Originalmente, o uso da palavra *fulano* restringia-se aos casos em que o falante almejava mencionar alguém sem nomeá-lo; depois a palavra *fulano* também foi utilizada para fazer referência direta a alguém. Por ter havido expansão do âmbito de aplicação da palavra, houve extensão de seu significado.

Dando seqüência a suas críticas, Torquato afirma: "O Estado moderno é incompatível com o império da baderna." *Baderna*, de acordo com o dicionário, é uma palavra brasileira criada no Rio de Janeiro em 1851 cujo étimo é o antropônimo *Baderna*, nome de uma dançarina. A transformação

de nomes próprios em nomes comuns, aponta Bréal, indica que seu significado também é suscetível à mudança, motivo pelo qual seu estudo não deve ser excluído da lingüística.

Em sua primeira acepção, a palavra denota “um grupo de rapazes”. Percebe-se que o significado original do antropônimo se esvaziou. O nome não remete mais à dançarina, mas sim às pessoas que costumavam assistir aos espetáculos da dançarina. A segunda acepção da palavra – “corja”, “súcia” – tem a mesma denotação da primeira, mas sua conotação é pejorativa. As demais acepções fazem referência à “conseqüência de se ter uma corja reunida”: “pândega”, “desordem”, “confusão”, “bagunça”. Nota-se que é neste sentido mais distanciado do etimológico que a palavra é utilizada no texto.

A análise do texto de Torquato e dos verbetes relativos a alguns de seus vocábulos, segundo a Semântica Lexicalista, mostra a ocorrência, na língua portuguesa em sua modalidade escrita, de alguns fenômenos descritos por Bréal. O estudo da evolução semântica da palavra *baderna* é um exemplo de transformação de nomes próprios em comuns. O uso da palavra *pechincha*, no texto, testemunha a tendência humana de dar às palavras uma conotação pejorativa. A análise do verbeito relativo a essa palavra mostra que, na passagem da primeira para a segunda acepção, a atuação da tendência contrária: o tom pejorativo da palavra foi atenuado. A metáfora da fruta fez ingressar, na palavra *verde*, o sentido de “nobreza e retidão moral”, mostrando que a metáfora, tal qual propusera Bréal, é uma das causas de polissemia. A conversa entre políticos relatada e interpretada pelo jornalista indica que Bréal estava certo ao propor a participação ativa do ouvinte que não se atém ao significado das palavras em sua busca pelo sentido pretendido pelo interlocutor.

De modo a ilustrar a aplicação dos postulados brealinos em escritos na variante portuguesa de nosso idioma, analisamos o texto *Pesada Herança*, publicado no dia 2 de fevereiro de 2004 em *Jornal de Notícias*, em Portugal, e escrito pelo comentarista político português Nuno Rogeiro. Nesse texto, Rogeiro questiona o processo pelo qual a suspeita de existência de armas de destruição de massas no Iraque transformou-se em ameaça, motivando o governo norte-americano a declarar guerra àquele país. Em *post scriptum*, há críticas à reação da torcida perante a morte, em campo, de um jogador de futebol. Por fim, a opinião popular a respeito do juiz incumbido de

julgar um processo judicial polêmico (designado Caso Casa Pia) e sua caracterização por parte da Imprensa e dos acusados são ironizadas.

No primeiro parágrafo, o escritor lembra que, no começo de 2003, já havia previsto que a questão da existência ou não de armas de destruição em massa ficaria na história. No parágrafo seguinte, o ponto de vista daqueles que se opunham à guerra por não acreditarem na existência das armas é recuperado e apoiado: “Se elas fossem encontradas, calar-se-iam os que só viam uma cruzada ianque pelo petróleo e pelo império, e compreender-se-ia a obsessão dissuasora de Washington.” (ROGEIRO, 2004).

Nesse trecho, é evidente a carga pejorativa da expressão “cruzada ianque” a revelar a opinião do escritor, contrária à guerra ao Iraque. No dicionário, a definição da primeira acepção da palavra *cruzada* remete ao fato histórico que lhe deu origem: “expedição militar de caráter religioso contra hereges ou infiéis que ocorreu na Idade Média”. A definição da segunda acepção indica que as circunstâncias particulares que deram origem a seu surgimento foram esquecidas, propiciando as condições necessárias à extensão de sentido. A expressão “cruzada contra o analfabetismo”, citada no verbete indica que qualquer “campanha de propaganda ou defesa de idéias de certos interesses, princípios e idéias” pode ser chamada de cruzada. Se, no texto, a palavra é utilizada para denotar a invasão dos EUA ao Iraque, tanto no nível sistêmico quanto no discursivo, houve a atuação da Lei de Extensão de Sentido. Rogeiro usa o adjetivo *ianque* para caracterizar a cruzada, termo que também apresenta uma conotação pejorativa. O dicionário informa que essa palavra foi derivada do inglês *yankee* e designava, originalmente “as pessoas provenientes da região norte-americana de New England”. Por extensão, este item lexical passou a designar “qualquer norte-americano”.

É preciso admitir, contudo, que a leitura do artigo por leitores mais cultos pode suscitar uma interpretação diferente da expressão *cruzada ianque* em que se considerem as circunstâncias históricas nas quais cada termo foi criado. As palavras em questão foram criadas para designar “ações com o propósito de expansão imperialista”: “cruzada” é um termo cunhado por cristãos para descrever a luta pela expansão do cristianismo e “ianque”, em princípio, foi um termo criado por indígenas norte-americanos quando foram dominados pelo exército britânico; posteriormente, esse termo passou a ser utilizado por aqueles que lutavam pela independência norte-

americana. Tendo em vista o conhecimento desses momentos históricos, é possível imaginar que o autor da coluna os tenha comparado, igualando-os. Se isto for verdade, a intenção de Rogeiro pode ter sido a de caracterizar a iniciativa norte-americana como mais uma ação expansionista imperialista, em essência, nada diferente daquelas ocorridas na Idade Média e ao longo da história da colonização norte-americana.

Na seqüência de sua exposição, Rogeiro reconhece o poder bélico dos Estados Unidos, mas adverte que, quando esse poder não é acompanhado de autoridade moral é “uma questão de tempo até ruir o resto”. Ao descrever as qualidades do exército norte-americano, o escritor chama-o de *águias americanas*. O sentido figurado de *águia* para designar “pessoa de grande talento e perspicácia”, há tempos, tornou-se convencional. Trata-se de uma metáfora antiga que multiplicou o significado da palavra e se banalizou por completo, sendo, portanto, um exemplo de processo de banalização da metáfora conforme descrito por Bréal.

Feita a advertência aos Estados Unidos, tem início uma série de perguntas:

A “intelligence” deu aos políticos provas falsas, ou foram aqueles que, friamente, as falsificaram? Os serviços secretos falharam porque quiseram agradar ao poder, ou porque se basearam em análises, fontes, métodos, processos e atos defeituosos? Os políticos não compreenderam os relatórios dos serviços, apesar de estes não estarem escritos em Chinês? Os serviços secretos estavam divididos quanto às conclusões, e a opinião final foi a de grupos dominantes? O poder político transformou em certezas as “nuances” e as probabilidades dos especialistas desses serviços, um pouco como quem adapta ao cinema, para as massas, uma obra literária difícil? (ROGEIRO, 2004).

Ao se deparar com essas perguntas, o leitor percebe que não se tratam de perguntas “reais”. Não é que o escritor não saiba a resposta (a qual, aliás, está incluída na própria pergunta). As informações consideradas verdadeiras estão colocadas após a conjunção *ou*. A interpretação das perguntas como perguntas retóricas e da função da conjunção alternativa (excluir a informação que antecede a conjunção em favor daquela que é colocada após a conjunção) indicam que, em seu fazer interpretativo, o leitor não se limita ao significado das palavras, indo direto às idéias por elas expressas. Tal qual a conversa entre políticos relatada por Torquato, a interpretação das perguntas formuladas por Rogeiro, remete aos estudos

pragmáticos e evidencia sobremaneira a hipótese brealina sobre o papel do ouvinte: "(...) Ele está na mesma situação [daquele que fala]; seu pensamento segue, acompanha ou precede o pensamento de seu interlocutor. Ele fala interiormente ao mesmo tempo que nós (...)". (BRÉAL, 1994[1904], p.104).

Após terminar o texto com comentários finais sobre os fatos que culminaram na declaração de guerra ao Iraque, Rogeiro acrescenta dois pequenos textos em forma de P.S., nos quais predomina a sátira.

O primeiro texto começa com uma ironia: os atos de vandalismos ocorridos (torcedores arremessaram cadeiras em direção ao campo) após a morte de Fehér – jogador africano que fazia parte do time português - são designados pela expressão *Portugal no seu melhor*. Imediata ou concomitantemente à leitura do parágrafo, o leitor percebe a inversão característica da ironia: o fato narrado é extremamente negativo. Pela lógica, Rogeiro deveria caracterizar o que aconteceu como "o que de pior há em Portugal". Nota-se, assim, que a palavra *melhor*, escolhida pelo escritor, expressa o oposto daquilo que ele efetivamente quis dizer por meio dela. O mesmo não se pode dizer da palavra escolhida para designar os torcedores: *turba*, cuja conotação pejorativa faz parte do próprio significado da palavra – "multidão em desordem".

A avaliação negativa dos vândalos fica ainda mais clara nos parágrafos seguintes. Para o autor, quem se presta a tais ações, não são fãs do futebol, mas pessoas que usam o esporte com uma desculpa para praticar crimes e saírem impunes. Quanto ao choro desses vândalos, Rogeiro revela que era um choro falso, fingido e que suas lágrimas "eram portanto lágrimas de crocodilo por Féher, vindas de espíritos ateados por sobas e caciques, sem que ninguém vá preso." (ROGEIRO, 2004).

Ao imaginar que essas pessoas teriam sido inspiradas por *sobas* – palavra de origem africana que designa "o chefe político e religioso de uma comunidade" e é muito utilizada em Angola – e *caciques* – palavra tupi para designar "o líder político de uma aldeia" –, o escritor insinua que os torcedores comportaram-se como os que são liderados por sobas e caciques, isto é, como africanos ou índios, como selvagens, como não-civilizados. Percebe-se que esse julgamento é feito com base numa ideologia que divide os povos em civilizados e selvagens, concepção que há muito tempo tem sido criticada e combatida pela Antropologia Moderna.

Neste caso, não há nada pejorativo na significação das palavras; é a intenção de quem as utiliza que lhes confere uma conotação negativa. Este fenômeno indica que, como diz Bréal, a linguagem “pode dar-nos [...] o eco de nosso próprio pensamento: registra, fielmente, nossos prejuízos e nossos erros”. (BRÉAL, 1994[1904], p.124).

Na última frase do segundo parágrafo do texto, a palavra *ralé* tão pejorativa quanto *turba*, designa “as pessoas criticadas por seus atos de violência”. A evolução semântica dessa palavra concorre para evidenciar não só o processo descrito por Bréal pelo qual uma palavra adquire conotação pejorativa, mas também o descrito mediante a lei de restrição de sentido. Em sua acepção mais antiga, *ralé* era sinônimo de “espécie”, “casta” ou “raça”. Atualmente denota a camada mais baixa da sociedade, “o refugio social”. No texto, logo após essa palavra, há uma explicação entre parêntesis: “A *ralé* (a *endinheirada* e a *outra*) *soma e segue*” (ROGEIRO, 2004). Essa explicação esclarece ao leitor que também fazem parte da *ralé* as pessoas que pertencem às classes mais privilegiadas da sociedade e que, por seu comportamento, agem como os refugos sociais.

Levando em consideração as informações lexicográficas e o sentido textual da palavra *ralé*, é possível esboçar sua evolução semântica. Do sentido geral de “casta”, passou a designar exclusivamente “a casta mais marginalizada da sociedade”. Ocorreu, então, uma especialização do significado da palavra. Quando a palavra passou a designar “o refugio social” houve a criação da conotação pejorativa, fruto do preconceito contra os mais pobres ou, para usar um eufemismo, os menos favorecidos do ponto de vista material. No texto, o sema relativo à restrição de classe social é subtraído discursivamente: o sentido da palavra se expande, mantendo, contudo, a conotação pejorativa.

No último texto do P.S., o escritor trata do que ficou conhecido como “caso Casa Pia” (acusações de pedofilia num orfanato português, envolvendo políticos e um apresentador de televisão muito popular). O magistrado responsável pelo julgamento foi caracterizado pela imprensa e pelos políticos como sendo autoritário e radical. Apesar disso, o juiz agradou ao povo. Ao que tudo indica, no parágrafo reproduzido abaixo, Rogeiro ironiza a maneira pela qual a Imprensa e os políticos qualificaram o magistrado:

Segundo dizem as sondagens, o público aprecia sobremaneira a conduta do juiz Rui Teixeira no lamentável “caso Casa Pia”. Tudo isto apesar de o magistrado ter sido pintado como uma mistura de Torquemada e Estaline, monstro intolérante que queimava no forno um Galileu ou um Giordano Bruno. (ROGEIRO, 2004).

O tom irônico do parágrafo evidencia-se pela avaliação da última comparação proposta: afirmar que os réus julgados pelo juiz são “um Galileu ou um Giordano Bruno” é dizer que os acusados estão em pé de igualdade com estes gênios da humanidade, o que não parece condizer com as reais qualidades dos políticos e do apresentador televisivo. A suspeita de que as palavras não correspondem ao que o autor quis dizer aciona o processo descrito por Bréal, quando tratava do eufemismo: “o ouvinte vai buscar a coisa por detrás da palavra” (1994[1904], p.78).

Ainda sobre esse parágrafo, não se pode deixar de comentar, de um lado, as metáforas, e de outro, a transformação de nome próprio em nome comum. Para Bréal, a metáfora surge de uma comparação feita por uma mente privilegiada. Os literatos preocupam-se por renovar suas metáforas, pois o efeito estético pretendido só se alcança caso elas surpreendam os ouvintes. Este é o caso das metáforas criadas por Rogeiro cuja análise diverte por permitir entrever a ironia do autor. A primeira metáfora, que caracteriza o juiz, é feita pela atribuição das qualidades das personagens históricas designadas pelos nomes próprios que permanecem com toda sua carga semântica de “signos de segunda potência” (BRÉAL, 1994[1904], p.125). Nas metáforas que caracterizam ironicamente os acusados, os nomes próprios vêm precedidos por artigo indefinido, indicando que eles foram transformados em substantivos comuns, perdendo parte de sua carga semântica, fenômeno também descrito por Bréal ao apontar as mudanças ocorridas como o nome próprio Júlio César na língua alemã, idioma no qual César deu origem ao substantivo *Kaiser*.

Em comum com o texto brasileiro, observou-se a atuação da extensão de sentido, a metáfora como fator que promove a mudança semântica, o uso pejorativo das palavras e as mudanças semânticas a que um nome próprio está sujeito. À diferença do texto de Torquato, no texto de Rogeiro, há trechos irônicos. A análise desses trechos, por sua vez, mostrou que o processo descrito por Bréal, para explicar como o eufemismo pode ser neutralizado, descreve também a ironia: em ambos os casos o fazer interpretativo do interlocutor é fundamental.

Considerações Finais

Nos textos jornalísticos, a interpretação maliciosa daquilo que caracteriza a conversa, entre políticos, citada por Torquato, a ironia de Rogeiro, e o uso pejorativo de certas palavras por parte de ambos os articulistas, confirmam a convergência teórica apontada entre a Pragmática e a Semântica Lexicalista e mostram que a intenção do usuário do idioma, a influência do contexto e o esforço interpretativo do interlocutor são, conforme defendia Bréal, a chave para a mudança semântica das palavras.

As alterações ocorridas no sentido de certas palavras utilizadas no texto, por sua vez, mostraram a atuação de algumas das mudanças semânticas propostas por Bréal: criação de sentido pejorativo, eufemismo, extensão de sentido, restrição de sentido, transformação de nome próprio em nome comum e metaforização. A avaliação do sentido das palavras analisadas como sendo ampliado, restringido, pejorativo ou metafórico, por sua vez, pautou-se na metodologia adotada pela Semântica Lexical (análise sêmica, mobilização sêmica e uso do dicionário como fonte de informação sobre o significado das palavras), mostrando sua força explicativa.

Os resultados obtidos pela análise dos textos de Rogeiro e do de Torquato revelam as potencialidades da metodologia adotada pela Semântica Lexical e o acerto dos princípios e fundamentos defendidos pela Pragmática. É de se ressaltar, também, que a adoção da Semântica Lexicalista como fundamentação teórica para a análise, dando ensejo à aplicação conjunta de ambas as teorias, mostra que as propostas de Bréal podem funcionar como um denominador comum para as ciências da significação.

Michel Bréal's contributions to Pragmatics and Lexical Semantics

■ **ABSTRACT:** *Since the 1990's, Michel Bréal's ideas – French linguistic known for creating the terms semantics and polysemy – ideas have been revitalized in the fields of Pragmatics, Cognitive Semantics and Enunciation Studies. This paper shows Michel Bréal possible contributions to Lexical Semantics and Pragmatics. First, some of his postulates are analyzed and related to the fore mentioned disciplines, then, the theory is applied to the analysis of two newspaper articles to show the applicability of Bréal's ideas and to evidence that his semantic theory can function as a common denominator for the meaning sciences.*

■ **KEYWORDS:** *Lexical Semantics. Componential Analysis. Pragmatics. Conversational maxims. Euphemism. Irony.*

Referências

BELO, F. **Epistemologia do sentido.** Entre filosofia e poesia, a questão semântica. v.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

BRÉAL, M. **Essai de Sémantique: science des significations.** França: Hachette, 1924[1904].

_____. **Ensaio de Semântica.** Tradução Aída, F. et al. (trads). São Paulo: Pontes/Educ, 1992[1904].

CARNOY, A. **La science du mot: traité de sémantique.** Louvain: Édition "Universitas", 1927.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa.** 2ª.ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, J.L.. (org.) **Introdução à Lingüística I: objetos teóricos.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. (org.) **Introdução à Lingüística II: princípios de análise.** São Paulo: Contexto, 2003.

GEERAERTZ, D. Hundred Years of Lexical Semantics. *In:* VILELA, M. e SILVA, F. (org.) **Actas do 1º Encontro Internacional de Lingüística Cognitiva.** Portugal: Faculdade de Letras do Porto, 1998. p.123-154.

GRICE, P. Lógica e Conversação. *In:* **Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística, bibliografia.** DASCAL, M. (org.) Campinas: IEL- Unicam, 1982. p.81-104.

GUIMARÃES, E. A lingüística é uma ciência histórica?. *In:* BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica.** Tradução Aída, F. et alii (trads.) São Paulo: Pontes/Educ, 1992 [cf. 3ª.ed. de 1904], p.9-20.

_____. **Os limites do sentido.** Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Semântica do Acontecimento.** Campinas: Pontes, 2002.

_____. **História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil.** Campinas: Pontes, 2004.

MOURA, H.M.M. "A determinação de sentidos lexicais no contexto". **Cad. Est. Ling.** **41.** Campinas, p.111-125, jul-dez.2001.

MUSSALIN, F. e BENTES, A.N. (org.) **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001a, v.1 .

_____. **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001b, v.2.

NERLICH, B. **Semantic theories in Europe 1830-1930: from etymology to contextuality.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992. (Series III- Studies in the history of the language sciences, v.59).

_____.; CLARKE. **Language, action and context. The early history of pragmatics in Europe and America, 1780-1930.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1996.

SEIDE, M.S. **A Semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação.** Tese (Doutorado em Letras) 273p., FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral.** Tradução Chelini; Pais e Blinkstein. São Paulo:Cultrix , 1975.[1916].

ROGÉRIO, N. Pesada herança. *In: Jornal de Notícias.* Disponível em <<http://jn.sapo.pt/textos/out6091.asp>>.Acess. em 06/02/2004..

TORQUATO, G. O Brasil entre dois mundos. Espaço Aberto, **O Estado de S. Paulo**, 29 jan. 2001.